



**ALEPI**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº140/25

**AUTOR:** Deputado Rubens Vieira

**RELATOR:** DEPUTADO EVALDO GOMES

### I - RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei Nº 140/25 de 15 de Maio de 2025 de autoria do Deputado Estadual Rubens Vieira – Estabelece as diretrizes para a implementação do Programa Estadual de Incentivo a Leitura e Formação de Bibliotecas comunitárias no Estado do Piauí e da outras providências.

Esta lei estabelece as diretrizes para implementação do programa estadual de incentivo a leitura e formação de bibliotecas comunitárias no estado do Piauí, com objetivo de promover o acesso democrático a leitura, incentivar a formação de leitores e apoiar a criação, manutenção e desenvolvimento de bibliotecas comunitárias em todo estado.

Encaminhado os autos a esta Comissão, fui designado Relator para efetuar a análise acerca da constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposta.

É o breve relatório. Passa-se à apreciação.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

Nos termos do art. 123, inciso I, a, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, recebi a presente proposição para emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 140/2025 observando a sua adequação aos princípios e normas previstos na Constituição Federal, Constituição do Estado do Piauí e demais normas jurídicas.

Importa ressaltar que o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí dispõe como competência da Comissão de Constituição e Justiça assuntos atinentes a **direitos e garantias fundamentais**. Vejamos o art. 123, I, d:

Art. 123. As Comissões Permanentes desta Assembleia e suas



**ALEPI**

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DO PIAUÍ

respectivas competências e atribuições são as seguintes:

**I - Comissão de Constituição e Justiça:**

assuntos atinentes aos **direitos e garantias fundamentais**, à organização do Estado, à organização dos Poderes e às funções essenciais da Justiça, títulos de cidadania e reconhecimento de utilidade pública;

O presente projeto de lei esta em consonância com o Art. 75 da Constituição do Estado do Piauí, bem como Art. 150 paragrafo I do Regimento Interno.

Resta claro que o Projeto de Lei cumpre os ditames normativos, contempla toda a documentação necessária e apresenta justificativa estatutária

Por fim, após análise do presente projeto, nota-se que sua proposição está em conformidade com o ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional.

**III - VOTO**

Desta forma, voto pela aprovação do projeto em análise.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 03 de Junho de 2025.

**DEP. EVALDO GOMES**

Relator

APROVADO À UNANIMIDADE
EM 03 / 06 / 25
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
Justiça

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*